O ESTADO DE S.PAULO

Publicado em 25/06/2024 - 06:00

INSS revisará 800 mil benefícios para cortar gasto e atender TCU

Contas públicas **Previdência**

Sob pressão do TCU, governo vai revisar até 800 mil benefícios

INSS prepara perícias para identificar desembolsos indevidos com o BPC, pago a idosos e pessoas de baixa renda com deficiência, e com o antigo auxílio-doença

BIANCA LIMA
DANIEL WETERMAN
BRASÍLIA

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) prevê realizar até 800 mil perícias presenciais do Benefício por Incapacidade Temporária, o antigo auxílio-doença, e do Benefício de Prestação Continuada (BPC) até dezembro deste ano. Esse último é pago a idosos e pessoas de baixa renda com deficiência – e tem preocupado o governo pela sua forte trajetória de expansão.

O objetivo da força-tarefa é atender a exigências do Tribunal de Contas da União (TCU), que vem cobrando do governo a realização de revisões periódicas, como determina a lei, bem como contribuir para a agenda de revisão de gastos obrigatórios.

O debate sobre as despesas públicas e a sustentabilidade de gastos com benefícios previdenciários e assistenciais no médio e longo prazos ganhou força nas últimas semanas após os sinais de esgotamento das medidas arrecadatórias dentro do Congresso.

Um dos focos do INSS é realizar perícias no pagamento do auxílio-doença de longa duração, aquele que é prorrogado por mais de uma vez e pode durar vários meses. O INSS paga o auxílio após os primeiros 15 dias de licença, que são arcados pelas empresas. Atualmente, pessoas continuam recebendo prorrogações automáticas do benefício mesmo sem ter direito por falta de perícia.

Foco de atenção
Volume de gastos com BPC preocupa o governo pela sua forte trajetória de expansão

"Vamos ter condição de fazer essa revisão com frequência, não é mais só um movimento para economizar porque as contas estão apertadas. A revisão vai entrar na esteira de entrega ordinária. Até dezembro de 2024, vamos fazer até 800 mil perícias nessas duas áreas", afirmou ao **Estadão** o presidente do INSS, Alessandro Stefanutto.

Ele estima que, caso metade dos benefícios seja considerada indevida, o que é uma média quando se faz esse tipo de reavaliação, a revisão representaria um corte de R$ 600 milhões por mês nos gastos do governo, chegando a R$ 3,6 bilhões em seis meses. A cifra, segundo o INSS, já está embutida na previsão de economia de R$ 9 bilhões com despesas previdenciárias que consta do Orçamento de 2024.

Esse "mutirão" de perícias será possível devido a dois fatores. O primeiro é a implementação do Atestmed, sistema que incentiva a troca da perícia médica presencial pela análise documental eletrônica em casos de benefícios de curta duração, de até 180 dias. O segundo é o pagamento de bônus aos servidores, processo que já conseguiu reduzir o prazo médio de espera do INSS para 37 dias (abaixo de 45 dias, que é o prazo regular). Essa força-tarefa prevê bonificação de R$ 76 por perícia médica extraordinária realizada, e agora será aproveitada para a revisão dos benefícios. ●

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Economia & Negócios **Caderno:** B **Pagina:** 1

Copyright © Clipclap 2025.